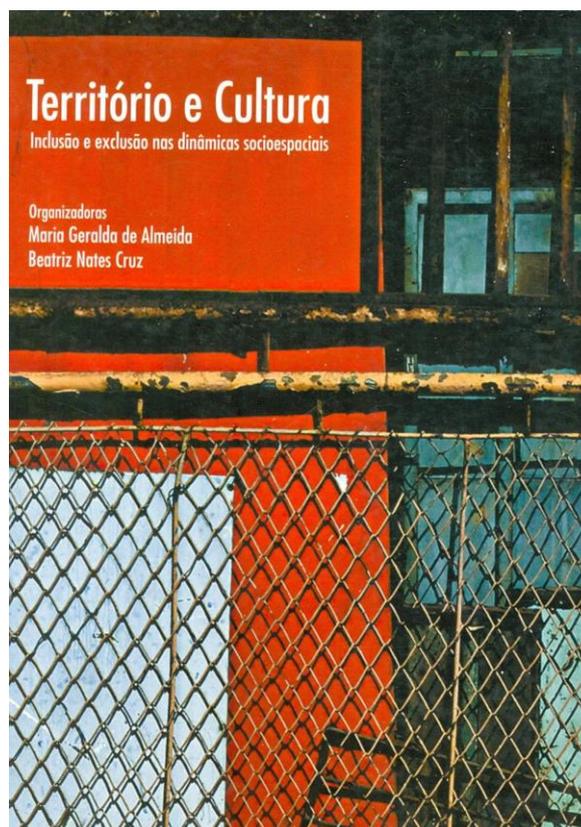


## RESENHA

ALMEIDA, Maria Geralda de; CRUZ, Beatriz Nates (Orgs). *Território e Cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia-Brasil: UFG/FUNAPE; Manizales-Colômbia: Universidad de Caldas, 2009.



Denis Castilho

Doutorando do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em  
Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais / UFG  
Endereço: Rua Maceió, Q. 130, L.1. Bl.6, Ap.102.  
Cep:74843-140 – Goiânia-GO  
E-mail: deniscastilho@hotmail.com

O território tem se apresentado como importante perspectiva teórica para a compreensão de uma ampla diversidade de temas. Entender o modo como diferentes grupos se apropriam dos lugares bem como o sentido político e cultural dos fenômenos sociais, tem sido tarefa de estudiosos em diferentes partes do mundo. O livro “Território e Cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais”, organizado pelas professoras Maria Geralda de Almeida, da Universidade Federal de Goiás (Brasil), e

Beatriz Nates Cruz, da Universidad de Caldas (Colômbia), ilustra muito bem essa tendência teórica e evidencia o seu viés cultural.

O livro é constituído por um conjunto de dezessete artigos selecionados do Sétimo Simpósio Internacional sobre Território e Cultura, realizado na Universidade Federal de Goiás (Brasil) em parceria com a Universidad de Caldas (Colômbia) em março de 2008. Com nove artigos estrangeiros e oito nacionais, o total desses dezessete artigos está dividido em três partes. A primeira é constituída por cinco artigos, os quais fazem uma análise teórica do território, da cultura a partir da inclusão e exclusão.

Paul Claval, da Universidade de Paris - Sorbone, abre o debate com o artigo “Globalização, migrações, inclusão e exclusão: algumas reflexões”. Nele o autor estabelece uma discussão dos problemas do mundo contemporâneo a partir da globalização por três evoluções significativas: a crise da noção de sociedade, a crise das identidades, das noções de classe social à noção de exclusão. Para Claval a questão da exclusão está ligada à mundialização, à crise das formas políticas tradicionais e à proliferação das estruturas econômicas e sociais internacionais. Enfrentar os problemas das exclusões nos coloca diante de uma vontade política, envolvendo a modernização dos meios tradicionais de integração e a invenção de novos meios.

“Desterritorialización, centro-periferia, lugar/no-lugar: reflexiones desde La antropologia del territorio” é o segundo artigo da primeira parte, onde a autora e também uma das organizadoras do livro, Beatriz Nates Cruz, analisa as distintas acepções e diferenças que cruzam a relação entre território e cultura. Para tanto, a autora se vale de alguns exemplos etnográficos da zona andina colombiana desde 1996 até a atualidade e de um estudo comparativo entre França e Espanha nos anos de 2004 até 2006.

Marcos Aurélio Saquet e Ana Rúbia Gagliotto, da Unioeste de Francisco Beltrão, no artigo “Abordagens das dimensões sociais do território” estudam, como eles próprios definem, as diferentes abordagens do conceito de território a partir da década de 1950, subsidiando a elaboração de uma abordagem que reconheça as articulações existentes entre as dimensões sociais do território (economia, política e cultura), e o processo histórico a partir de múltiplas escalas que moldam a realidade socioespacial.

Maria García Alonso, da Universidade Nacional de Educação a Distância (Espanha), no artigo “La emoción de La cultura: El uso político de La emoción como



transformadora de espacios culturales” desenvolve uma análise dos espaços culturais a partir do uso político da emoção. A autora faz uma crítica à apropriação das manifestações de emoções pelas instituições e defende que a mudança política passa pela transformação simbólica que despoja as igrejas do monopólio da emoção institucionalizada.

Honório Velasco, da Universidade Nacional de Educação à Distância (Espanha), fecha a primeira parte do livro com o artigo “Ciudadanos confiados y corporaciones ubicuas”. Nele é apresentada uma discussão sobre os encontros entre cidadãos - sobretudo enquanto usuários, clientes, pacientes, consumidores, etc. e as empresas que incorporam os sistemas especialistas. Nesse contexto, a etnografia tem um grande desafio pela frente. Isso porque, para o autor, tais corporações e suas inovações sistêmicas “são tão habituais, tão necessários, tão inevitáveis que já não é possível pensar nestas sociedades de outra forma” (p. 64).

A segunda parte do livro é constituída por dez artigos. O conjunto dos trabalhos representam lições de inclusões e exclusões nas dinâmicas socioespaciais. José Borzacchiello da Silva, da Universidade Federal do Ceará, a partir de uma pesquisa sobre cidade, imagem e planejamento, desenvolve uma discussão sobre as contradições contidas no processo de urbanização no artigo “Cidade móvel: o planejamento urbano em questão”. A base para a análise do autor é a cidade de Fortaleza. Borzacchiello afirma que “a cidade e seus espaços travestidos criam imagens de tranqüilidade [...] mantendo o lúdico e mascarando uma acirrada e desigual competição pelo consumo generalizado de espaço” (p. 85).

Viviana Vilca e Victor Omar Jerez, da Universidade Nacional de Jujuy (Argentina), no artigo “La construcción del espacio urbano: disputas y tensiones sociales por la tierra” analisam a cidade argentina de San Pedro de Jujuy a partir das diferentes formas de apropriação do espaço urbano pelos setores populares. É exposto, de um lado, as distintas formas de planejamento e os modos de pensar a construção do espaço urbano. Por outro, é analisada a situação socioeconômica das famílias populares e suas distintas formas de participação na construção do espaço urbano e suas vinculações políticas.

Gilmar Mascarenhas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta uma reflexão sobre o estádio de futebol como espaço de sociabilidade, lugar de festa e

expressão da força cultural. Intitulado “O novo estádio de futebol: reflexões sobre territorialidade, lugar, cultura e cidadania”, o artigo nos mostra que o estádio de futebol é capturado pela “lógica do mercado, pela nova ordem do futebol, por medidas de exclusão e de controle” (p. 102). Assim, entendê-lo pela via da territorialidade, do lugar, da cultura e da cidadania nos leva refletir sobre algumas tendências mais gerais da metrópole contemporânea.

No artigo “Territórios da Resistência: paisagem e cultura nos remanescentes quilombolas de Barro Preto, Santa Maria do Itabira, MG, e Indaiá, Antonio Dias, MG, 2007” de Maria Aparecida Santos Tubaldini e Sandra Maria Lucas Pinto Silvia, da Universidade Federal de Minas Gerais, é apresentado os resultados de um estudo sobre as comunidades de afrodescendentes de Barro Preto e Indaiá. A pesquisa das autoras trata dos aspectos culturais, sociais e ambientais dessas comunidades, de imigrantes e indígenas buscando analisar o trabalho da mulher. Segundo as autoras, “falar em remanescentes quilombolas remete á análise de luta pela territorialização do espaço. É a busca pela sobrevivência física e cultural” como também da conservação ambiental (p. 125).

“Terra e água: o território dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu, Bahia”, de Guiomar Inez German e Ednizia Ribeiro Araújo Kuhn, é o quinto artigo da segunda parte. Ele é parte de dissertação desenvolvida no Mestrado em Geografia da UFBA. O artigo faz uma análise do processo de territorialização do grupo de pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu no enfrentamento dos interesses dos diversos agentes, como o Estado, os proprietários fundiários, os investidores, etc. “que se situam nas áreas de sobrevivência do grupo pesqueiro, quer na terra, quer na água” (p. 136).

Ângela Maria da Silva Gomes e Maria Lúcia Yoshico Wakisaka, do Centro Universitário de Belo Horizonte-MG, desenvolve uma interessante reflexão sobre a cidade a partir das questões relacionadas à justiça. O artigo intitulado “Saberes ‘invisíveis’ na cidade: da segregação socioespacial étnica à construção da justiça ambiental” apresenta-nos uma análise a partir dos seguintes questionamentos: “a quais sujeitos sociais são negados o direito de ir e vir, viver e reproduzir na cidade? Se considerarmos que as cidades pós-Revolução Industrial são planejadas, outra pergunta surge: a quem o planejamento urbano atende?” (p.139). A partir de uma análise sobre o



planejamento moderno e o planejamento possível, as autoras defendem que é preciso ir além da cidade inserida no paradigma da modernidade. Por isso, defendem a utopia de cidades “dos encontros, de sujeitos silenciados que serão ouvidos, onde os saberes invisibilizados se descortinam, trazendo vida às ruas e às praças adormecidas pelo medo” (p.149).

Bernadete Castro, da Universidade Estadual de São Paulo – Rio Claro, apresenta-nos o artigo “Voltar à terra: campesinato, territorialidade e globalização”, em que defende a idéia de que a luta pela terra do campesinato latino-americano se inscreve no cenário da luta contra a globalização. Se de um lado o capital, o trabalho e/ou a produção técnica tomam a forma de mercadorias, a terra, por outro lado, se mantém como substrato da diversidade territorial e cultural dos camponeses. A autora acrescenta que “os estratos sociais territorializados do campesinato surgem como comunidades políticas que se movimentam no sentido de institucionalizar seus direitos à terra e seus direitos civis num contexto globalizado, em que se pode ler a modernidade da tradição” (p. 161).

Maria Geralda de Almeida, no artigo “O sonho da conquista do Velho Mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do viver entre territórios”, desenvolve uma reflexão sobre as singularidades da inclusão e da exclusão para migrantes e o espaço que o acolhe pelo viés das territorialidades. O estudo foi realizado com migrantes brasileiros em Barcelona-Espanha. Considerando que o fenômeno migratório implica a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, Almeida afirma que o processo de inserção em territórios mundializados cria indivíduos imigrados. Ou seja, a participação em realidades múltiplas coloca o sujeito migrante em uma condição denominada pela autora de “entre territórios”, já que o sujeito migrante, apesar de “estar” em Barcelona, não deixa de “estar” em seu território de origem.

Luisa Fernanda Giraldo Zuluaga, da Universidade de Caldas (Colômbia), no artigo “El surgimiento de una sociedad de frontera em El siglo XIX: El caso de Manizales (Colombia)” fala sobre a formação territorial de uma sociedade que antecede e ao mesmo tempo explica a fundação de uma Manizales (cidade colombiana) na fronteira sobre o então Estado soberano de Antioquia como estratégia de ocupação do espaço desde o ponto de vista político-militar como papel protagonista no início do século XX, processo que culminou em seu reconhecimento como espaço político-

administrativo lhe possibilitando configurar-se como região independente com uma projeção econômica em torno da cafeicultura. Ainda afirma que o desenvolvimento da região pressupõe o seu controle econômico, político e sua integração a um sistema único de governo.

Pabón Jorge Andrés Rivera, da Universidade Tecnológica de Pereira (Colômbia), fecha as discussões da segunda parte do livro com o artigo “Configuración de paisajes periurbanos y territorialidades de exclusión sócio-espacial: município de Pereira, Colombia”. Nele o autor aplica um modelo de análise territorial crítica e interpretativa da exclusão socioespacial e seus efeitos associados, como a transformação da paisagem e os conflitos ambientais. Conforme o autor, a análise territorial foi feita no sentido de permitir a determinação de fatores, elementos e relações estruturais transformados em espaços periurbanos de exclusão socioespacial nos últimos anos em Pereira-Colômbia.

Dois artigos de professores da Universidade de Caldas (Colômbia) compõem a terceira e última parte do livro. São eles: “Comunidades virtuales y nuevos territórios en red”, de Felipe César Londoño e “El paisaje como sistema visual y holístico: acciones em el território para La sostenibilidad de la calidad visual ambiental em ciudades de media montaña andina”, de Adriana Gómez Alzate.

No primeiro, Felipe César Londoño, faz uma análise das comunidades virtuais e dos novos territórios em rede, os quais, para o autor, realizam relações desde a perspectiva da ação que os sujeitos estabelecem com as comunidades da rede como também com a própria virtualidade. A maioria dos laços entre as comunidades virtuais são especializados porque as pessoas constroem suas relações de maneira seletiva, o que acaba por limitar e/ou “privatizar” a sociabilidade proporcionada pelas redes.

Adriana Gómez Alzate, no segundo artigo, traz uma importante discussão sobre o desenvolvimento visual da cidade de forma sensível frente aos componentes ambientais próprios de cada lugar. Isso é necessário, segundo a autora, para que as ações territoriais também se direcionem no sentido do bem-estar dos habitantes e potencializem o conhecimento e a vivência dos valores espaciais e visuais da cidade. Ou seja, de modo que o sistema visual de um espaço urbano permita recuperar o valor da cidade como um organismo histórico. Poderíamos acrescentar, nesse ponto, que esse processo histórico é fruto das relações sociais de produção. Isso justifica a cidade

enquanto uma produção social que envolve *ações* e *processos* – e estes pressupõem o papel dos grupos sociais.

O conjunto das reflexões dos dezessete artigos reforça e reafirma as questões socioespaciais pela via do território e da cultura. O livro apresenta resultados de estudos e pesquisas de diversas regiões do Brasil (Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Goiás) como também de países como Colômbia, Argentina, Espanha e França, nos dando uma noção do intercâmbio realizado pelas organizadoras.

Logicamente que, sem desconsiderar o esforço de diálogo entre os artigos, cada estudo traz uma parcialidade de abordagem conforme as opções teóricas de seus autores, motivo pelo qual optamos por apresentar cada um de maneira particular. Os artigos apresentados são dos campos da Antropologia, Arquitetura, Educação e Geografia. Isso não significa, no entanto, que deixamos de considerar o esforço das organizadoras em aproximar a diversidade de perspectivas teóricas em torno de um tema central.

As múltiplas escalas e perspectivas de análise, nesse sentido, trazem em si uma questão central às nossas discussões: de que o território e a cultura formam uma unidade. É importante destacar, no entanto, que essa unidade não é harmoniosa. Ela deve ser pensada na perspectiva política, histórica e no âmbito das relações sociais que envolvem dominação, segregação (ao invés de exclusão) e contradição. Por último, e de maneira pertinente, o livro ressalta a importância de se considerar o território/cultura não apenas por meio de escalas dadas pelo desenvolvimento das grandes redes, mas também pelas ações que se estabelecem nos níveis locais – nos níveis da vida.

Recebido para publicação em fevereiro de 2010

Aprovado para publicação em fevereiro de 2010